

MULHERES NEGRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA:
INTERSECCIONALIDADE E REPRESENTATIVIDADE A PARTIR DA
OBRA “*QUANDO ME DESCOBRI NEGRA*” (2015)

Fernanda Martins da Silva

Doutora em História social da Cultura
Professora Adjunta do Curso de Lic. em História (FACH - UNEMAT)
E-mail: fernanda.martins@unemat.br

Rosiane Pereira Viscovini

Mestranda do ProfHistória - UNEMAT
Professora de História do Secretaria de Estado de Educação do Estado do Mato Grosso
E-mail: rosianepereira810@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda o conceito de interseccionalidade e representatividade feminina negra no Ensino de História e Cultura Afrobrasileira na Educação Básica, a partir da obra “Quando me descobri negra” (2015) da autora Bianca Santana. Problematicamos como as mulheres negras são afetadas cotidianamente pelas diferentes formas de discriminação, preconceito e racismo que interconectam classe, raça e gênero. Além do mais, buscou evidenciar o quanto a sociedade contemporânea se mantém sob as bases do pensamento colonial, que por sua vez, garante a manutenção de privilégios de grupos específicos. Aponta-se ainda uma proposta de descolonialidade do pensamento sociocultural e histórico na medida que enfatiza o fortalecimento da construção de uma identidade feminina negra a partir do uso de literatura no ensino de História.

Palavras Chaves: Interseccionalidade – Mulheres Negras – Ensino de História

BLACK WOMEN IN HISTORY TEACHING: INTERSECTIONALITY AND
REPRESENTATIVITY FROM THE WORK “WHEN ME DISCOBRI
NEGRA” (2015)

Abstract

This article addresses the concept of intersectionality and black female representation in the Teaching of Afro-Brazilian History and Culture in Basic Education, based on the work “When I discovered black” (2015) by author Bianca Santana. We problematize how black women are affected on a daily basis by different forms of discrimination, prejudice and racism that interconnect class, race and gender. Furthermore, it sought to highlight how contemporary society remains based on colonial thinking, which in turn guarantees the maintenance of privileges for specific groups. A proposal for the decoloniality of sociocultural and historical thought is also highlighted as it emphasizes the strengthening of the construction of a black female identity through the use of literature in History teaching.

Key-words: Intersectionality – Black Women – History teaching

Introdução

O Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira ainda tem se mostrado um desafio no contexto da Educação Básica no Brasil, mesmo após vinte anos da Lei 10 639/2003. No tocante a inserção da História de Mulheres Negras o desafio é ainda maior. Nesta perspectiva, este artigo enfoca apresentar uma proposta de Ensino de História das Mulheres negras a partir da interpretação e problematização da obra “*Quando me Descobri Negra*” (2015) da autora Bianca Santana, para fortalecer a identidade étnica por meio da representatividade feminina negra e promover um ensino de História antirracista atrelado a práticas que visam à redução das desigualdades sociais como bem enfatiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana de 2004.

A obra de Santana nos permite observar as faces do racismo estrutural, institucional e velado que se apresentam, cotidianamente, na vida das pessoas negras no Brasil. Além do mais, esse texto evidencia a potencialidade da literatura produzida por mulheres negras, uma vez que este tipo de literatura foi por muito tempo marginalizada e excluída dos meios editoriais, cuja escrita possibilita aos jovens se encontrar nas representações que são disponibilizadas. Propomos, portanto, um ensino de História descolonizado, em que pessoas negras possam se ver representadas não mais apenas como subalternas ou ex-escravizadas, mas em todos os espaços que queiram ocupar e que lhes são de direito.

O ensino de História nem sempre teve as características que possuem hoje, embora tenham suas problemáticas, os avanços foram significativos, sobretudo, ao que tange a questão da inserção da História e Cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino. Fruto da luta do movimento negro, foi promulgada a Lei 10.639/2003 no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, a implementação desta lei se apresenta como uma resposta à mobilização do movimento negro, que engendrado num contexto histórico que colocava o negro como sujeito inferior em relação ao branco, viu na educação uma saída para a reivindicação de direitos, bem como a possibilidade de demonstrar à sociedade o quanto ela ainda é desigual.

O ressurgimento do movimento negro, no período pós ditadura civil-militar, denunciava e buscava combater o racismo presente na sociedade brasileira, onde entre as reivindicações presentes no Programa de Ação, de 1982, do então Movimento negro unificado constava a “[...] introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares [...]” (Jorge et al., s/a, p. 5). Nesta conjuntura, o Movimento Negro Unificado possibilitou ao negro sair da invisibilidade, denunciar as mazelas sociais, resultadas de uma democracia racial inexistente e passou a reivindicar seus direitos, sobretudo, ao que tange o âmbito educacional. Nesse aspecto, Domingues (2007, p. 115) destaca que o então Movimento intencionava que houvesse a revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; na reavaliação do papel do negro na história do Brasil, além de reivindicar a emergência de uma literatura ‘negra’ em detrimento à literatura de base eurocêntrica. Assim sendo, o movimento negro viu, na educação, um meio possível e importante para se pensar o lugar do negro na sociedade brasileira; sendo, portanto, como aponta Gomes (2008, p. 100) “[...] um projeto educativo, construído à luz de uma realidade de luta.”

Desse modo, o Movimento Negro Unificado estabelece uma busca pela ancestralidade étnica, com vistas a restabelecer seus laços culturais e formular uma identidade negra. Conquanto, a educação como meio propulsor das reivindicações do movimento negro rompe com a ideia de uma democracia racial e passa apontar as desigualdades raciais presente no Brasil e a necessidade urgente de se estabelecer políticas públicas que ampliassem os espaços de atuação da população negra.

Nesta perspectiva, o uso de uma literatura negra no ensino de História se insere como ferramenta pedagógica que aproxima o leitor do mundo e das problemáticas sensíveis que estão

postas nas relações humanas, uma vez que a literatura, enquanto narrativa, pode expressar acontecimentos reais, experiências de vida, das quais podem ser compartilhadas por mais de um sujeito, bem como, pode ser compreendida como uma importante ferramenta de compreensão das sensibilidades e do pensamento socio cultural. Portanto, a escolha por trabalhar o ensino de história a partir da literatura de uma mulher negra é de suma importância, pois notabiliza a ampliação no espaço conquistado pela população negra, levando em consideração que por séculos, privilegiou-se as literaturas produzidas por homens brancos, portanto, a literatura negra não é o instrumento que dá voz ao negro, mas que traz o protagonismo para as vivências da população negro no Brasil, aqui em especial pela ótica de uma mulher negra.

Segundo Antonio Cândido:

[...] a respeito das produções literárias nas quais o autor deseja expressamente assumir posição em face dos problemas. Disso resulta uma literatura empenhada, que parte de posições éticas, políticas, religiosas ou simplesmente humanísticas. São casos em que o autor tem convicções e deseja exprimi-las; ou parte de certa visão da realidade e a manifesta com tonalidade crítica (Cândido, 2011, p. 183).

Dessa maneira, a literatura de uma mulher negra serve também como meio de resistência, de expressão dos problemas sociais, econômicos e políticos, bem como meio de reafirmar a luta da população negra por direitos, equidade e denunciar as mazelas sociais, como o preconceito, as discriminações e o racismo e nos apresenta conceitos substantivos que são de grande relevância na formação da consciência histórica.

Interseccionalidade e Representatividade na escrita de si de Bianca Santana.

Segundo Jörn Rüsen (2007), os conceitos substantivos já se apresentam na vida do sujeito desde o seu nascer, pois vêm carregados de uma cultura cotidiana. Nesta perspectiva, a obra de Bianca Santana (2015), é uma ferramenta enriquecedora para o engajamento de discussões acerca da interseccionalidade no ensino de História, na medida que proporciona aos estudantes compreender como o racismo se manifesta interseccionado com outros aspectos, como classe e gênero e aprofunda sistematicamente as desigualdades existentes na sociedade brasileira.

Além do mais, como já pontuamos aqui, a utilização da obra de Bianca Santana (2015) se coloca como uma importante fonte de pesquisa que possibilita observar as múltiplas vozes de sujeitos antes silenciados pela historiografia eurocêntrica, e que agora colocam em pauta novos olhares e perspectivas acerca do protagonismo exercido pela população feminina negra, na medida em que se apresentam como uma representatividade positiva e de sucesso.

A autora Bianca Santana traz em “Quando me descobri negra” (2015) uma escrita e uma abordagem descolonial, cuja narrativa é de uma mulher, negra e pobre, portanto, uma escrita comprometida com a denúncia das mazelas sociais, as quais são enfrentadas cotidianamente por essas mulheres, assim, a autora evidencia o quanto o Brasil é marcado pela colonialidade e pela desigualdade racial que se apresenta de forma estruturada. Nesta conjuntura, um ensino de história que se coloca a partir da escrita de Santana está engajado a refletir sobre o processo de colonização brasileiro e a problematizar desde o currículo escolar até mesmo nossas referências bibliográficas, propondo um exercício de descolonizar o conhecimento, como enfatiza Grada Kilomba (2019).

O debate acerca da interseccionalidade tem adquirido espaço significativo de discussão, uma vez que de acordo com Karla Akotirene (2019), os estudos de gênero, raça e classe buscam compreender as experiências de mulheres negras que sofrem com as diferentes formas de opressão, com as quais estão conectadas e ocorrem de maneira mútua.

O uso da intersecção como ferramenta analítica desafia perspectivas tradicionais que tratam a opressão de forma isolada, ignorando as interconexões entre as diferentes formas de dominação. Dessa maneira, de acordo com Collins e Bilge (2020) a intersecção analisa como as pessoas são afetadas por diferentes elementos da discriminação. Tal conceito passa a ser discutido a partir do movimento feminista negro, que entende que suas pautas não são a prioridade para o movimento negro e não se sentem, por vezes, representadas pelo movimento feminista, uma vez que este, nem sempre leva em consideração as especificidades próprias das mulheres negras.

Nesta conjuntura, as mulheres negras perceberam desde muito cedo a necessidade de se organizarem em prol de suas pautas e organizaram o movimento feminista negro, cujos problemas e especificidades passam a ser discutidos pelo então movimento, que passou a

questionar e refletir aspectos dos padrões coloniais presentes na sociedade contemporânea, os quais afetam diretamente a vida de mulheres negras.

As discriminações interseccionadas sofridas pelas mulheres negras, evidenciam a manutenção das bases do colonialismo e perpetuam as imagens negativas construídas historicamente acerca do sujeito mulher negra, como enfatiza Grada Kilomba (2019). A intersecção entre raça, classe e gênero acaba por colocar a mulher negra em um lugar de inferioridade, retirando dela o protagonismo e silenciando-a. A discriminação enfrentada pelas mulheres negras, acabam por provocar consequências irreparáveis, uma vez que afeta diretamente a sua dignidade enquanto pessoa humana, fazendo-a buscar um distanciamento cada vez mais da sua identidade.

A compreensão da discriminação interseccionada enfrentada pelas mulheres negras e a busca para romper com estas discriminações implica diretamente na construção de imagens positivas acerca do ser mulher negra no Brasil, e ao passo que trabalhamos a representatividade da mulher negra trabalhamos a construção de imagens positivas de toda a população negra de uma forma geral, uma vez que essas representações possibilitarão que outros sujeitos se identifiquem com esse grupo. De acordo com Stuart Hall (2006) a identidade é algo construído, forjado e reformulado ao longo do tempo e está ligada a um contexto social e cultural o qual perpassa pelas representações construídas historicamente, daí a importância de reconstruir as narrativas e recriar as imagens, à medida que as recriamos, as ressignificamos também, pois atribuímos sentidos e significados de nossa época e imaginário neste processo de apropriação e representação.

A identidade feminina negra muitas vezes é negada justamente pela existência de representações negativas, as quais inferiorizam e marginalizam esta mulher fazendo com que esta não se reconheça nesta identidade. A perpetuação dessas representações negativas na sociedade brasileira contribuiu largamente para a manutenção do racismo estrutural (Munanga; Gomes, 2016).

Entretanto, para uma mudança profunda na estrutura e no imaginário social é necessário que sejam realizadas discussões, debates e a ampliação de políticas públicas eficazes no combate às diferentes formas de racismo. Além do mais, abordagens educacionais com novas perspectivas também tem se colocado como práticas necessárias e viáveis para a mudança de comportamento e atitudes por parte dos sujeitos que compõem a sociedade, fator este que contribui para que

estes sujeitos encontrem suas identidades, intencionalmente “esquecidas” ou “embranquecidas” em decorrência das raízes do colonialismo.

Contudo, para uma prática educacional inovadora e transformadora é preciso que as instituições escolares fomentem o desenvolvimento interdisciplinar, uma vez que a interligação entre as disciplinas proporcione aos estudantes uma compreensão mais ampla a respeito de determinados assuntos. Além do mais, se faz necessário que os sistemas de ensino busquem organizar um currículo descolonizado.

No que tange ao uso da literatura para um ensino de História e cultura afro-brasileira com foco na história das mulheres negras, a autora Circe Bittencourt (2018) enfatiza que a literatura no ensino de História possibilita aos estudantes compreenderem que as produções literárias são também históricas e constituem-se a partir de uma relação dialógica. Entretanto, é necessário destacar, que de acordo com Sandra Pesavento (2006) e Antonio Candido (2011) a literatura não possui compromisso com a veracidade histórica, mas que toda narrativa literária parte de um determinado contexto real para compor suas narrativas, evidenciando questões políticas, sociais, culturais e econômicas que cercam o literato, pois assim, como na História, a literatura não é isenta de quem a compõe.

Nessa perspectiva, abordamos a obra “Quando me descobri negra” de Bianca Santana, em uma proposta de ensino interdisciplinar e dialógico, de produção de conhecimento a partir de novas narrativas e da necessidade de se romper com estereótipos e apresentar problemáticas a partir do lugar de fala da mulher negra no Brasil, que sofre diariamente diferentes formas de discriminação.

Bianca Santana, fala do lugar de mulher negra, Jornalista, Mestre em Educação, Doutora em Ciência da Informação, organizadora e autora de alguns livros, entre os quais “Quando me descobri negra”. Nesta obra Bianca Santana produz uma crítica crucial quanto à existência e a manutenção do racismo estrutural manifestado na sociedade brasileira contemporânea, cujos relatos pessoais e de outras tantas mulheres expõe as diferentes maneiras de opressão e discriminação racial que permeiam o cotidiano de mulheres negras.

Bianca Santana (2015) torna evidente o quanto a aceitação identitária passa por um processo de autodescoberta e o quanto o pertencimento depende das experiências vivenciadas pelos sujeitos, tal como destacado por Hall (2006), pois ao analisar o seu cotidiano e as suas experiências

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 18, n. 34, jan. - jun. 2024
ISSN: 1982 -193X

infantis, além de relatar o quanto sua família fugia quando o assunto era a identidade e como ela própria cresceu negando sua negritude.

A negação da identidade, é por sua vez, um problema social, pois as representações negativas acerca da mulher negra são uma problemática estrutural com raízes profundas e sensíveis que tratam desde o sentimento de pertencimento, autoestima, relacionamentos, ocupação de espaços de lideranças no mundo do trabalho, bem como, se colocar na academia como uma escritora de sucesso. É um exercício contínuo de resistência, Santana (2015), ressalta a dificuldade em equilibrar-se entre trabalho e universidade, um desafio diário entre mudar o lugar social ou permanecer nele, manter-se em um curso para alterar esse lugar social é outro desafio. Esse é imposto tanto pelos olhares e posicionamentos de indivíduos racistas como pela fragilidade do sistema de políticas públicas que possibilitem a permanência dos grupos excluídos historicamente nas universidades.

Essa exclusão é presente em diferentes lugares, até mesmo no ato de posicionar-se correr o risco de ser excluído. Bianca Santana (2015), ao descrever a história do menino Belchior, evidencia o quanto as dificuldades financeiras acabam por silenciar determinados grupos e em alguns casos por aliená-los. Posicionar politicamente pode ser uma afronta para um sistema político que continua a ser dominado por um grupo específico, majoritariamente homem branco e elitizado. Assim Belchior via uma solução para o problema que enfrentava a família; afinal de contas, “Mesmo sem ter idade para votar, acompanhava o horário político e gostava do que ele falava. Casa, comida e escola pra todo mundo. Branco, preto, mulher e homem com as mesmas oportunidades” (Santana, 2015, p. 55).

Outro ponto crucial que a obra de Santana nos convida a refletir é sobre como o colorismo afeta de diferentes maneiras a vida de sujeitos de um mesmo grupo étnico, pois as pessoas são classificadas de acordo com a cor da sua pele, ignorando outras características, tal como destaca Alessandra Devulsky (2021). Além do mais, o colorismo distancia os indivíduos do seu grupo étnico, forjando uma pseudo identidade, uma vez que “[...] o colorismo tem o condão de opor pessoas da mesma comunidade, umas contra as outras, permitindo que pessoas negras possam se estranhar por conta de suas diferenças” (Devulsky, 2021, p. 26).

De acordo com Devulsky (2021) a questão da inferiorização vivenciadas pelos sujeitos negros desde a sua infância, o impede de valorizar a sua negritude, daí a necessidade e relevância da

ocupação de espaços de poder pelas pessoas negras e a ampliação de debates acerca da questão da identidade feminina negra e do protagonismo exercido por diferentes mulheres negras ao longo da história do Brasil, possibilitando a representatividade e fortalecendo a criação de imagens positivas, bem como a releitura de discursos cristalizados pela historiografia eurocêntrica.

Geralmente é muito comum ver nos espaços de poder grupos privilegiados – homens, brancos e de posse – mantendo seus privilégios ao passo que excluem mulheres, negras e pobres. Kilomba (2019) revela, por exemplo, que os cursos superiores e as universidades que são consideradas de elite, são espaços ocupados em sua maioria por pessoas brancas, essa realidade pouco ou nada se altera quando olhamos outros aspectos da vida social.

Bianca Santana (2015) destaca ainda em sua obra, a existência e a manutenção de um racismo que reprime e que faz os sujeitos negros terem outros comportamentos, a fim de serem aceitos em determinados espaços. Segundo Devulsky (2021, p. 26)

Não se pode ignorar que o jugo racista conforma homens e mulheres a tentar se encaixar nos moldes brancos existenciais. Consumir vestimentas, estéticas, linguagem e, certamente, autores associados a uma cultura superior, cria a falsa expectativa de adquirir um *laisser-passer* às redes de poder (Deveulsky, 2021, p. 26).

Interessante ressaltar que o fato de uma pessoa negra ascender socialmente não a isentará de sofrer racismo (Devulsky, 2021), realidade apresentada nos relatos de Bianca Santana (2015).

Além do mais, o racismo evidenciado pelas narrativas presentes em “Quando me descobri negra” (2015), destaca o quanto os sujeitos negros são colocados em lugares que não são ocupados por eles, vistos como bandidos, atendentes, faxineiras e tantos outros que acabam por inferiorizar esses sujeitos. Lélia Gonzalez aponta que: “[...] toda atividade que signifique lidar com o público ‘seleto’ exclui a trabalhadora negra, a começar pelas atividades de babá, copeira, na área do serviço doméstico é ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, não há problema se a empregada for negra (Gonzalez, 2018, p. 128).

Gonzalez (2018) ainda enfatiza o quanto o corpo feminino negro é erotizado, fetichizado, o que faz com que o corpo da mulher negra seja sexualmente objetificado, realidade retratada também nos relatos de Bianca Santana (2015). Débora Jean Lopes Silva, destaca que: “Tanto na literatura como nas telenovelas, nas letras de músicas, nos dizeres e piadas do cotidiano a

mulher negra e mestiça é representada como ‘mais sensual’ que a mulher branca, a forma como os homens tratam as mulheres negras é completamente diferente de como tratam as mulheres brancas” (Silva, 2021, p. 71-72).

O racismo enfrentado pelas mulheres negras oprime, diminui, silencia e afeta diretamente a questão da identidade, uma vez que a negação dessa negritude inicia tão logo ao se perceber negra a partir das atitudes do próprio convívio social, que acaba por excluir esses sujeitos.

De acordo com Rüsen (2007), A estrutura narrativa do conhecimento histórico, se tomada em sala de aula de forma diversa da narrativa tradicional, ou seja, sob múltiplas perspectivas, serve de poderoso instrumento de formação e desenvolvimento de consciência e identidades históricas. Tal estrutura, em didática enunciada como “competência narrativa”, é essencial na formação e desenvolvimento da consciência histórica.

A partir da referida obra temas como sororidade, interseccionalidade, feminismo negro, identidade negra, movimento negro de mulheres podem ser trabalhados em sala de aula a partir da narrativa literária, possibilitando ao professor trabalhar por meio das sensibilidades os sentidos atribuídos pelos alunos às representações postas pela obra. A narrativa literária torna-se material didático, que conduzido pelo professor, contribui para a construção e elaboração da narrativa histórica dos alunos. Desta forma o sujeito histórico e seus saberes podem ser aprimorados no espaço escolar por meio da intervenção do professor de História, mediador entre o aluno e a cientificidade necessária, por meio dos conceitos substantivos articulados aos conceitos epistemológicos.

Considerações Finais

Certamente a história que você já ouviu acerca da África e da população africana é aquela que inferioriza, vulnerabiliza e silencia esse grupo, e isso não é diferente com a história de seus descendentes em terras brasileiras. A história eurocêntrica colocou os africanos e seus descendentes em um lugar que não foi por eles, de fato ocupado. A naturalização da escravização, do tratamento exótico, a falsa ideia de que homens e mulheres negras serviriam apenas como animais, a invenção de seres desprovidos de racionalização e a incapacidade de escreverem suas próprias histórias é resultado de uma perspectiva eurocêntrica que – sobre as

bases das teorias raciais – cunharam a superioridade branca em consequência da inferioridade negra, como o objetivo de manutenção e legitimação dos privilégios da população branca.

Esses discursos foram amplamente divulgados nos bancos escolares, criando ideias falsas e equivocadas acerca da população negra e da história do continente africano. Kilomba (2019) traz a seguinte experiência na escola:

[...] lembro de crianças brancas sentadas na frente da sala de aula, enquanto as crianças negras se sentavam atrás. De nós, dos fundos da sala, era exigido que escrevêssemos com as mesmas palavras das crianças da frente ‘porque somos todos iguais’, dizia a professora. Nos pediam para ler sobre a época dos ‘descobrimientos portugueses’, embora não nos lembrássemos de termos sido descobertas/os. Pediam que escrevêssemos sobre o grande legado da colonização, embora só pudéssemos lembrar do roubo e da humilhação. E nos pediam que não perguntássemos sobre nossos heróis e heroínas de África, porque elas/eles eram terroristas e rebeldes. Que ótima maneira de colonizar, isto é, ensinar colonizadas/os a falar e escrever a partir da perspectiva do colonizador (Kilomba, 2019, p. 65).

Embora não se tenha mais essa divisão entre os estudantes, ainda há a permanência de uma abordagem colonialista, eurocentrada, da qual se exaltam os feitos dos colonizadores e continuam a silenciar a população negra e indígena. Essa abordagem é resultado de um currículo escolar que ainda mantém as bases ideológicas da colonização, privilegiando a história e a perspectiva do grupo dominador e demonstrando a necessidade da ampliação de políticas educacionais mais efetivas, a fim de descolonizar o currículo educacional.

A ausência de uma abordagem diferenciada, a partir da perspectiva do negro, acaba propiciando a reprodução de uma história equivocada, única e silenciadora. Além do mais, a permanência dessa história produz efeitos diretos à questão identitária dos indivíduos, pois o negro, em nenhuma hipótese, gostaria de ter consigo atributos que o reduzisse a mero espectador.

A respeito dessa questão, Bianca Santana (2015) traz uma discussão acerca das tantas outras histórias a respeito da história da África e daqueles que foram trazidos ao Brasil na condição de escravizados. Essas histórias que poderiam ser contadas de outras maneiras, a partir de outros olhares, apresentando novas perspectivas. A literatura negra tem exercido papel significativo para trazer à tona narrativas que contemplem o protagonismo exercido pela população negra ao longo da história do Brasil.

Conclui-se, portanto, que a discussão da interseccionalidade é de grande relevância no Ensino de História, dentro do espaço da Educação Básica, cujo uso da literatura potencializa e facilita a compreensão dos estudantes a respeito de como a discriminação de mulheres negras ocorrem de forma interseccionada na sociedade contemporânea, cuja discriminação legitima-se e sustenta-se nas bases do colonialismo ainda em vigor.

O uso dessa literatura como fonte de estudo, contribui para a ampliação de perspectivas e a descoberta de narrativas que se distanciam daquelas já canonizadas pela historiografia eurocêntrica e possibilita que os sujeitos em formação se identifiquem em tais narrativas literárias e busquem construir uma sociedade mais justa, com mais equidade, livre de preconceitos e discriminações.

Referências

AKOTIRENE, Carla **Interseccionalidade: feminismo plurais** -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Usos didáticos de documentos. In:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018, p. 265-283.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 171-193.

COLLINS, Patrícia Hill; BIRGE, Sirma (org.). **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020. E-book. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf . Acesso em: 09 set. 2022.

COSTA, Sandra Santana da. Trajetória do feminismo negro no Brasil: Movimentos e ações políticas. **XIII Encontro Estadual de História – História e Mídias: Narrativas em disputas**. Recife, p. 1-17. 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

DEVULSKY, Alessandra. O colorismo interno – Aspectos da introjeção. In: **Colorismo**. São Paulo: Jandaira, 2021 – (Feminismos Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro), p. 29 – 38.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 247-275.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: UCPA Editora, 2018, p. 34 – 53.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JORGE, Diego da Silva *et al.* Movimento Negro: A atuação política do movimento como fator de conversão de suas demandas em políticas públicas. **Caderno Virtual**. [S. l.], v. 1, n. 32, 2016. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/1189>. Acesso em: 20 fev. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACHADO, Bárbara Araújo. “Escre(vivência)”: a trajetória de Conceição Evaristo. **Revista História oral**, v. 7, n. 1, p. 243-265, jan./jun. 2014. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/8310/ANEXO_II.pdf. Acesso em: 19 maio 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. Dossiê: Decolonialidade e Perspectiva Negra – **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/CxNvQSnhxqSTf4GkQvzk9G/?lang=pt>. Acesso em 07 de set. de 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [Online], p. 1-9, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560#quotation>. Acesso em 28 de jul. de 2022.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2007.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI-SP, 2015.

SILVA, Debora Jean Lopes. Mulheres negras e a literatura. **In.: Mulheres na literatura: escritas de autoria feminina negra**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Cuiabá, 2021, p. 70 – 87.

Recebido em 2024-05-20

Aprovado em 2024-06-13

Publicado em 2024- 07 -15